



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2024/00213**

**01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

1.1 - Identificação do problema: necessidade de organizar, planejar e realizar concurso público, destinado ao provimento de vagas e cadastro reserva para o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

1.2 - Justificativa da necessidade da contratação: tendo em vista a Resolução CNJ nº 439/2022, que autoriza os Tribunais a instituírem Programas de Residência Jurídica, objetivando proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Sistema de Justiça e que o preenchimento de tais vagas deve ocorrer mediante processo seletivo público, com publicação de edital e ampla divulgação, abrangendo a aplicação de provas objetiva e discursiva, de caráter classificatório e eliminatório, torna-se necessária a contratação de Instituição especializada para tal fim.

A não contratação implicará em descumprimento ao art. 3º da Resolução nº TRF2-RSP-2023/00045, que instituiu o Programa de Residência Jurídica, e enuncia que a admissão deve ser mediante a aplicação de prova objetiva e discursiva.

**02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária.

PS: Tal informação consta no item 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do TRF2-TER-2024/00181.

**03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

3.1 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público destinado à seleção de candidatos(as) bacharéis em Direito para o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), com aplicação de provas objetiva e discursiva.

3.2 - Natureza do Bem: Serviço Comum.

3.3 - Requisitos mínimos de serviço:

A contratada deverá elaborar Edital e executar o processo de seleção, obedecendo rigorosamente os requisitos da função objeto do processo seletivo disponíveis na tabela a seguir, bem assim as demais etapas previstas nos itens seguintes:

RESIDÊNCIA JURÍDICA

Classif. documental

30.01.01.01



TRF2ETP202400213A

Remuneração (*1)	-Bolsa-auxílio: R\$ 2.500,00		
Escolaridade / Pré-Requisitos	<p>-Bacharéis em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, 05 (cinco) anos;</p> <p>-Vedado exercer a advocacia;</p> <p>-Vedado exercer qualquer outra atividade, inclusive de estágio ou residência, atuar como estagiário ou residente em outro órgão e Poder federal, estadual ou municipal;</p> <p>-Não exercer cargo, emprego ou função pública remunerados</p>		
Vagas (*2)	TRF2	20 + CR	
	SJRJ	Capital	56 + CR
		Subseções	37 + CR
	SJES	27 + CR	
Notas:			
<p>(*1) Além da remuneração, o TRF – 2ª Região oferece outras vantagens que deverão ser especificadas no edital do concurso (Auxílio-transporte e Seguro de vida).</p> <p>(*2) CR = Cadastro de Reserva para provimento das vagas que existirem durante o prazo de validade do concurso, de acordo com o interesse da Administração.</p>			

**3.3.1. Quadro resumo das etapas do concurso:**

CARGO	PROVAS	QUESTÕES	CARÁTER
Residente Jurídico	Prova objetiva	60, cada uma valendo 1 ponto	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



	Prova discursiva	02, cada uma valendo 20 pontos	Eliminatório e Classificatório
--	------------------	-----------------------------------	-----------------------------------

**Prova Objetiva** de caráter Eliminatório e Classificatório

**Prova Discursiva** de caráter Eliminatório e Classificatório.

3.3.2 Correção da Prova Objetiva e Discursiva

Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos ou candidatas habilitados e mais bem classificados nas provas objetivas, nos limites abaixo discriminados, acrescidos dos empates na última posição, bem como as de todos os inscritos como candidatos e candidatas indígenas e com deficiência habilitados na prova objetiva, e ainda as de todas as candidatas e candidatos negros e com deficiência habilitados na prova objetiva.

Região	Até a posição de classificação			
	Ampla Conc orrência	PCD	Negros	Indígenas
TRF2	60ª			
Município do Rio de Janeiro	168ª			
1ª Localidade Niterói e Baixada Litorânea	39ª			
2ª Localidade Baixada Fluminense	24ª			
3ª Localidade Norte Fluminense	18ª			
4ª Localidade				



TRF2ETP202400213A

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



Sul Fluminense	15ª	Todos os habilitados na Prova Objetiva	Todos os habilitados na Prova Objetiva	Todos os habilitados na Prova Objetiva
5ª Localidade Serrana	15ª			
Município de Vitória	60ª			
Cachoeiro de Itapemirim	9ª			
São Mateus	3ª			
Linhares	3ª			
Colatina	3ª			
Serra	3ª			

Observação: todos os candidatos e candidatas habilitados na prova objetiva e que concorram as vagas de PCD, Negros ou Indígenas terão suas provas discursivas corrigidas.

3.3.3 Disciplinas/Conteúdos das Provas:

Os conteúdos das provas abrangerão as disciplinas discriminadas abaixo.

CARGO	PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
	<p><u>BLOCO I</u></p> <p>Direito Constitucional</p> <p>Direitos Humanos</p> <p><u>BLOCO II</u></p> <p>Direito Administrativo</p> <p>Direito Financeiro e Tributário</p>



TRF2ETP202400213A

Residente Jurídico	Direito Previdenciário  <u>BLOCO III</u>  Direito Civil  Direito Processual Civil  <u>BLOCO IV</u>  Direito Penal  Direito Processual Penal
--------------------	---

### 3.3.4. Critérios para desempate:

Para desempate serão utilizados os critérios previstos no art. 18, da Resolução CJF nº 246/2013, quais sejam:

I - idade igual ou superior a 60 anos, completados até o último dia de inscrição no concurso;

II - maior pontuação nas provas realizadas;

III - exercício efetivo da função de jurado, no período entre a data da publicação da Lei Federal nº 11.689, de 9 de junho de 2008, e a data de publicação do edital;

IV - maior idade, considerando dia, mês e ano;

V - maior tempo de serviço voluntário comprovado em atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal.

### 3.3.5. Dos editais e da divulgação.

3.3.5.1. Elaborar e submeter à aprovação prévia do Contratante os editais e comunicados a seguir relacionados:

a) edital de abertura das inscrições;

b) convocação para as provas;

c) edital de resultados finais das provas;

d) divulgação dos resultados da avaliação dos recursos;

e) edital de resultado final, após os recursos e aplicação do critério de desempate, em quatro listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos ou candidatas, inclusive a dos portadores de deficiência e dos que se autodeclararem pretos ou pardos e indígenas, e a segunda, terceira, quarta, somente a pontuação respectiva desses últimos, sempre pela ordem decrescente da nota obtida, contemplando a questão da cota para o gênero feminino.



f) edital de homologação do concurso; e

g) demais editais e comunicados que se fizerem necessários.

3.3.5.2. Preparar e formatar os editais relacionados no subitem 3.3.5.1, e de acordo com a formatação e dimensões que atendam às exigências da Imprensa Nacional, a fim de que o Contratante possa publicá-los no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região - e-DJF-2R.

3.3.5.3. Publicar no sítio eletrônico da Contratada todos os editais e comunicados na mesma data prevista para a publicação no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região - e-DJF-2R, bem como outros editais e comunicados pertinentes ao concurso que não precisam ser publicados no referido Diário.

3.3.5.4. Preparar e formatar para o Contratante a republicação de quaisquer dos editais e comunicados previstos no subitem 3.3.5.1, em caso de incorreção.

3.3.5.5. As publicações constantes dos itens anteriores deverão ser realizadas conforme datas previstas no cronograma de atividades.

3.3.5.6. A Contratada deverá:

a) Divulgar aviso com as informações pertinentes ao Edital de Abertura de Inscrições, em um jornal de grande circulação nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo;

b) Divulgar comunicados em jornais especializados em concurso;

c) Fornecer cartazes para divulgação do concurso; e

d) Responsabilizar-se pelo processo de inscrição utilizando-se de seu sítio eletrônico;

### 3.3.6. Das inscrições.

3.3.6.1. As inscrições para o concurso público deverão ser abertas pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e efetuadas exclusivamente no sítio eletrônico da Contratada, que deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptamente, durante todo o período de inscrição.

3.3.6.2. O valor da taxa de inscrição fixado pelo Contratante deverá ser depositado pelo candidato, em conta específica do Tesouro Nacional, mediante recolhimento por meio da GRU Cobrança (Guia de Recolhimento da União).

3.3.6.3. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de anulação do certame ou do seu cancelamento por conveniência da Administração Pública.

3.3.6.4. Não se dispensará o pagamento da taxa de inscrição, exceto nos casos de isenção previstos na Lei Federal nº 13.656/2018.

3.3.6.4.1. A análise dos pedidos de isenção e dos eventuais recursos será de responsabilidade da Contratada, que encaminhará ao Contratante relatório detalhado no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições.



3.3.6.5. As inscrições observarão as disposições que se seguem:

a) no ato da inscrição, o candidato deverá indicar, em campo próprio, a opção pelo local de realização da prova e localidade para a qual concorrerá às vagas.

b) a formalização da inscrição implicará a aceitação, pelo candidato, de todas as regras e condições estabelecidas no edital de abertura de inscrições e somente se concretizará com o preenchimento de todos os campos contidos na ficha de inscrição e com a confirmação do pagamento da taxa;

c) os dados ou informações e eventuais documentos fornecidos pelo candidato serão considerados de sua inteira responsabilidade;

d) a inscrição de candidatos ou candidatas portadores de deficiência obedecerá aos mesmos procedimentos descritos nos itens anteriores;

e) no ato da inscrição, o candidato portador de deficiência deverá declarar sua condição e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever, devendo remeter à instituição realizadora laudo médico original ou cópia autenticada em Cartório, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência;

f) o candidato com deficiência poderá solicitar condições especiais para a realização das provas, conforme previsto no art. 4º do Decreto Federal nº 9.508/2018.

3.3.7. Dos candidatos ou candidatas com deficiência

3.3.7.1. Em obediência ao disposto nos Decretos Federais nºs 5.296/2004, 3.298/1999, e 9.508/2018, na Lei Federal nº 8.112/1990, art. 5º, § 2º, e na Resolução CJF nº 246/2013, será reservado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir.

3.3.7.2. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), do art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), da Lei Federal nº 12.764/2012 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.368/2014), e da Lei Federal nº 14.126/2021 (pessoa com visão monocular), nos parâmetros estabelecidos nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, Decreto Federal nº 8.368/2014 (pessoa com transtorno do espectro autista), Súmula STJ nº 377 e demais normas vigentes sobre o tema até a publicação do edital.

3.3.7.3. Previamente à nomeação, o(a) candidato(a) será submetido(a) à avaliação da Junta Médica do Tribunal Regional Federal ou das Seções Judiciárias da Segunda Região, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, com o objetivo de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296, de





2 de dezembro de 2004, e alterações, na situação prevista no Decreto Federal nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014 (pessoa com transtorno do espectro autista), a Súmula STJ nº 377 e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 (pessoa com visão monocular).

### 3.3.8. Do preenchimento de vagas para candidatos(as) com deficiência

3.3.8.1 As vagas reservadas aos(às) candidatos(as) com deficiência que não forem providas por falta de candidatos(as), por reprovação no concurso ou por não enquadramento como deficiente na perícia médica, serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) habilitados(as), com estrita observância da ordem classificatória.

3.3.8.2. Os(As) candidatos(as) com deficiência participarão em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas.

### 3.3.9. Dos candidatos(as) negros(as)

3.3.9.1. No prazo de validade do concurso, das vagas existentes ou que vierem a surgir, será reservado o percentual de 30% (trinta por cento) para candidatos (as) negros(as), na forma da Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015.

3.3.9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior (subitem 3.3.9.1.) resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ nº 203/2015.

3.3.9.3. Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos(às) negros(as), preenchendo a autodeclaração de que é preto(a) ou pardo(a), conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3.9.4. Os(As) candidatos(as) que se autodeclararem pretos(as) ou pardos (as) poderão ser convocados(as) pelo Contratante para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

### 3.3.10. Do preenchimento de vagas para candidatos(as) negros(as)

3.3.10.1. As candidatas e candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas, às vagas destinadas à ampla concorrência e poderão optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a esta condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

3.3.10.2. As candidatas e candidatos negros aprovados(as) para as vagas destinadas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos (as) negros(as).

3.3.10.3. Em caso de desistência de candidato(a) negro(a) integrante da lista específica (negros(as)), a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) negro(a) posteriormente classificado(a).





3.3.10.4. Na hipótese de não haver candidatos(as) negros(as) aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação no concurso.

### 3.3.11. Da responsabilidade pela autodeclaração

3.3.11.1. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), devendo este(a) responder por qualquer falsidade.

3.3.11.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso e, se tiver sido nomeado(a), ficará sujeito(a) à anulação da sua admissão no Programa de Residência Jurídica.

### 3.3.12. Da alternância e proporcionalidade nas nomeações

A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência, aos(as) candidatos(as) negros(as) e aos(as) candidatos(as) indígenas e ainda as do gênero feminino.

### 3.3.13. Da concomitância de candidatos ou candidatas em listas específicas

3.3.13.1. As candidatas e candidatos negros integrante das listas específicas, para negros(as) e para deficientes, convocado(a) concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá manifestar opção por uma das vagas.

3.3.13.2. Na hipótese de que trata este subitem, caso os(as) candidatos(as) não se manifestem previamente quanto ao direito à opção, serão nomeados(as) dentro das vagas destinadas aos(as) negros(as).

3.3.13.3. Na hipótese de o candidato ou candidata, tanto na condição de negro quanto na de pessoa com deficiência, ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato(a) negro(a), ou optar por essa hipótese do subitem 3.3.13.1, fará jus aos mesmos direitos e benefícios despendidos ao(à) servidora com deficiência.

### 3.3.14 Dos(as) candidatos(as) indígenas

3.3.14.1. No prazo de validade do concurso, das vagas existentes ou que vierem a surgir, será reservado o percentual de 3% (três por cento) para candidatos(as) indígenas, na forma da Resolução CNJ nº 512, de 30 de junho de 2023.

3.3.14.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior (subitem 3.3.14.1) resulte em número fracionado, este esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos); ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ nº 512, de 2023.

3.3.14.3. Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos(as) indígenas,



preenchendo a autodeclaração, conforme o quesito raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), independentemente de residir ou não em terra indígena.

3.3.14.4. Os(As) candidatos(as) que se autodeclararem indígenas serão convocados(as) pelo Contratante para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do § 2º do art. 7º da Resolução CNJ nº 512, de 2023.

3.3.14.5. Além da autodeclaração, será necessário apresentar declaração de pertencimento a comunidade indígena, assinada por, pelo menos, 03 (três) integrantes indígenas da respectiva etnia.

### 3.3.15. Do preenchimento de vagas para candidatos(as) indígenas

3.3.15.1. Os(As) candidatos(as) indígenas aprovados(as) para as vagas destinadas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos (as) indígenas.

3.3.15.2. Em caso de desistência de candidato(a) indígena integrante da lista específica, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) indígena posteriormente classificado(a).

3.3.15.3. Na hipótese de não haver candidatos(as) indígenas aprovados(as) em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a cota étnico racial e, posteriormente, para a vaga reservada para pessoas com deficiência. Na impossibilidade também de preenchimento dessas últimas, as vagas ainda remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação.

### 3.3.16. Da responsabilidade pela autodeclaração

3.3.16.1. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), devendo este responder por qualquer falsidade.

3.3.16.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso e, se tiver sido nomeado(a), ficará sujeito(a) à anulação da sua admissão no Programa de Residência Jurídica.

### 3.3.17. Da alternância e proporcionalidade nas nomeações

A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a cotas étnico-raciais, a pessoas com deficiência, a indígenas ou de gênero feminino.

### 3.3.18. Da concomitância de candidatos ou candidatas em listas específicas

3.3.18.1. Além das vagas de que trata o caput, os(as) candidatos(as) indígenas poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

### 3.3.19. Do nome social



Deverá ser prevista a observância do nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727/2016 e da Resolução CNJ nº 270/2018.

### 3.4. Da produção de materiais relativos à inscrição.

Elaborar e disponibilizar no sítio eletrônico da Contratada, com opção para impressão, os seguintes materiais:

a) edital de abertura de inscrições, cronograma, conteúdo programático e outras informações de interesse dos(as) candidatos(as);

b) instruções para o recolhimento da taxa de inscrição por meio da GRU (Guia de Recolhimento da União), bem como a respectiva opção de preenchimento *on-line* e posterior impressão;

c) comprovante definitivo de inscrição após confirmação do recolhimento da taxa.

### 3.5. Do cadastramento dos(as) candidatos(as).

3.5.1. Compor cadastro geral de candidatos(as) inscritos(as), a partir das informações fornecidas nas inscrições.

3.5.2. Elaborar lista de candidatos(as) inscritos(as) em ordem alfabética, contendo os seguintes dados: número de inscrição, nome do(a) candidato(a), número do documento de identidade, cargo, horário e local onde farão as provas.

3.5.2.1. As listas constantes do subitem anterior, elaboradas em meio eletrônico, deverão ser remetidas ao Contratante, em até 10 (dez) dias antes da realização da primeira prova.

3.5.3. Encaminhar ao Contratante, em até 10 (dez) dias corridos do encerramento das inscrições, relatório de dados estatísticos, contendo: número de candidatos(as) inscritos(as) com deficiência, negros(as), indígenas e do gênero feminino, e número de candidatos(as) que efetivaram o pagamento da inscrição.

3.5.4. Durante o processo seletivo, os(as) candidatos(as) deverão encaminhar as alterações de endereço para a instituição realizadora, que as comunicará ao Contratante após o encerramento do certame.

### 3.6. Do atendimento aos candidatos(as)

3.6.1. Colocar à disposição dos(as) candidatos(as) equipe de atendimento treinada, a fim de orientá-los(as) em todas as etapas do concurso, por meio de *e-mail*, telefone ou pessoalmente, sem quaisquer ônus para os(as) candidatos(as).

3.6.2. Os questionamentos formulados pelos(as) candidatos(as) deverão ser respondidos em tempo hábil para garantir a sua participação nas etapas relacionadas à consulta.

3.6.3. Encaminhar cartão de convocação para a realização das provas (objetivas e discursivas) a todos os(as) candidatos(as) inscritos(as), contendo: nome,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



número do documento de identidade, local de realização das provas, número de inscrição, característica da vaga (ampla concorrência ou reservada a pessoa com deficiência ou negros(as) ou indígenas) e localidade para o qual concorre.

3.6.4. Os cartões deverão ser encaminhados por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail), indicado pelo candidato na ficha de inscrição.

3.6.5. Disponibilizar no sítio eletrônico da Contratada consulta ao local de provas por nome e/ou CPF do(a) candidato(a), permitindo-lhe obter informações idênticas às contidas no cartão de que trata o subitem 3.4, letra c.

3.6.6. O(A) candidato(a) é inteiramente responsável por informar corretamente seu e-mail.

### 3.7. Das provas

3.7.1. Aplicar as provas objetivas e discursivas, conforme estabelecido no subitem 3.3.3.

3.7.2. As provas discursivas deverão observar o limite mínimo de 10 (dez) linhas e o máximo de 15 (quinze) linhas.

3.7.3 A prova discursiva destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, da norma culta formal, do desempenho linguístico, adequação do nível de linguagem adotada e coerência no uso, bem como de experiência prévia do(a) candidato(a) e de sua adequabilidade.

3.7.4. Adaptar as provas às necessidades dos(as) candidatos(as) com deficiência, indicadas no formulário de inscrição.

### 3.8. Da identificação dos(as) candidatos(as)

3.8.1. Deverá ser adotado mecanismo de coleta de impressão digital de todos os candidatos ou candidatas que permita à Contratada, por ocasião da convocação, certificar ao Contratante se o(a) candidato(a) e convocado(a) são a mesma pessoa.

3.8.2. As folhas de respostas das questões das provas objetivas deverão ser personalizadas e identificadas de modo a se vincularem ao mecanismo de identificação previsto no subitem 3.8.1.

3.8.3. A prova discursiva será realizada em formulário próprio, personalizado e identificado por meio de mecanismo de segurança, obrigatoriamente à tinta indelével, na quantidade de linhas previstas no subitem 3.7.2.

3.8.4. Deverá ser retirada da prova discursiva identificação pessoal do(a) candidato(a), por qualquer meio, à exceção do mecanismo de segurança previsto no subitem anterior.

### 3.9. Dos gabaritos das provas

Os gabaritos das provas objetivas deverão ser divulgados no sítio eletrônico da Contratada, conforme data estabelecida no cronograma definitivo.



TRF2ETP202400213A

### 3.10. Da aplicação das provas.

3.10.1. A prova objetivas/discursiva deverá ser realizada em um único dia.

3.10.2. A prova objetiva/discursiva será realizada na cidade do Rio de Janeiro, para os(as) candidatos(as) que optarem por concorrer as vagas do Estado do Rio de Janeiro, e em Vitória, para os(as) candidatos(as) que optarem por concorrer as vagas do Estado do Espírito Santo, conforme opção de cidade de realização da prova objetiva/discursiva indicada pelo(a) candidato(a).

3.10.3. Os locais de aplicação das provas deverão ser selecionados entre aqueles que possuam infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física dos(as) candidatos(as), facilidade de acesso, inclusive pelos(as) portadores(as) de deficiência, e sinalização para orientar a movimentação dos(as) candidatos(as) no dia das prova.

3.10.4 A Contratada deverá providenciar ambulância equipada para aplicação da Prova Objetiva/Discursiva.

### 3.11. Do pessoal

3.11.1. A Contratada deverá selecionar e capacitar os fiscais, que atuarão na aplicação dos instrumentos de avaliação, inclusive com treinamento específico para proceder à identificação dos(as) candidatos(as).

3.11.2. A Contratada deverá disponibilizar equipe para aplicação das provas composta, no mínimo, por: 01 (um) coordenador por local de prova, 01 (um) fiscal para cada 20 (vinte) candidatos(as) e, no mínimo, 02 (dois) por sala, 03 (três) fiscais para acompanhar os(as) candidatos(as) ao banheiro e ao bebedouro, para cada grupo de até 300 (trezentos(as)) candidatos(as), bem como serventes e seguranças, em número suficiente ao atendimento das eventuais necessidades.

3.11.3. A Contratada deverá disponibilizar em cada cidade de aplicação da prova, pelo menos, 01 (um) representante qualificado de seu quadro de pessoal para coordenar a aplicação das provas.

3.11.4. A Contratada deverá dispor de assessoria técnica, jurídica e linguística em todas as etapas do Concurso Público, para fins de elaboração de editais, comunicados, instruções aos(às) candidatos(as) e demais informações necessárias.

3.11.5. A Contratada deverá indicar 01 (um) representante que será responsável pelo atendimento direto ao Contratante para dirimir questões referentes ao concurso.

### 3.12. Dos recursos

3.12.1. A Contratada deverá dispor de profissionais legalmente habilitados para receber, analisar e responder aos eventuais recursos administrativos e ações judiciais interpostas por candidatos(as) ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas), referentes ao concurso público.

3.12.2. A interposição de recursos dar-se-á por meio de formulário próprio, disponível no sítio eletrônico da Contratada, com o preenchimento e envio *on-line* para a Contratada, mediante recibo.



3.12.3. Em relação às provas, serão admitidos recursos quanto:

- à sua aplicação;
- às suas questões e seus gabaritos preliminares;
- ao seu resultado.

3.12.4. Demais orientações que se fizerem necessárias serão definidas em conjunto com o Contratante e constarão nos respectivos editais.

### 3.13. Subsídio jurídico

Em caso de ações judiciais que venham a ser propostas em face do Contratante, referentes ao Concurso Público, a Contratada deverá fornecer subsídio jurídico, quanto à elaboração de respostas às demandas propostas, durante todo o processo de vigência do Certame.

### 3.14. Dos mecanismos de segurança.

3.14.1. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo quando justificadamente, e, por escrito, requeiram subcontratação de serviços especializados, mediante prévia autorização e chancela da Comissão Organizadora do Concurso.

3.14.2. Os cadernos de provas deverão ser lacrados e acondicionados em envelopes de plástico opaco, com lacre inviolável, selado com dispositivo próprio (aba autocolante), de forma a não permitir abertura involuntária, sem danificar a embalagem. Sobre essa dobra deverá ser aposta uma etiqueta de segurança com numeração sequencial.

3.14.2.1. Os envelopes de plástico opaco e os lacres invioláveis deverão ser fornecidos pela contratada à contratante.

3.14.3. Os envelopes de que trata o subitem anterior deverão ser identificados com etiqueta autoadesiva contendo as informações da quantidade de cadernos de provas, sala, endereço de destino, cidade, CEP etc.

3.14.4. O material de aplicação das provas deverá estar acondicionado em malotes de lona inviolável, devidamente lacrado e com cadeado, para o transporte aos locais das provas, devendo os envelopes de que trata o subitem 3.15.15 ser abertos na presença dos(as) candidatos(as), mediante termo de abertura, no momento da aplicação das provas e contar com a assinatura de 02 (dois(duas)) candidatos(as)/ testemunhas, voluntários(as).

3.14.5. Deverá ser proibido, nas salas em que serão aplicadas as provas, o acesso de candidatos(as) portando qualquer tipo de equipamento eletrônico.

3.14.6. A Contratada deverá adotar detectores de metais em todos os banheiros e salas em que forem aplicadas as provas.



TRF2ETP202400213A





3.14.7. Além do estipulado no Termo de Referência, a Contratada-deverá dispor de todos os meios necessários para assegurar absoluto sigilo e segurança em todo certame.

### 3.15. Do Pagamento

3.15.1. 1ª parcela: 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, após a aplicação das prova objetiva/discursiva

3.15.2. 2ª parcela: 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, após a publicação do resultado final.

### 3.16. Das Condições Gerais

3.16.1. A Contratada deverá executar o serviço no prazo máximo de 9 (nove) meses, contados da assinatura do contrato pelo Contratante, de acordo com o cronograma a ser elaborado em conjunto com o Contratante e conforme Anexos constantes do Edital.

3.16.2. A Empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Empresa já planejou, organizou e realizou concurso público para cargos efetivos e/ou residência jurídica de órgãos da Administração Pública, devendo o atestado indicar a entidade contratante, e, como parcela de relevância, a quantidade mínima de 1.000 (mil) candidatos(as) inscritos(as).

3.16.2.1. Os atestados de capacidade técnica apresentados pela Empresa deverão conter assinatura do responsável pelo órgão/entidade emitente.

3.16.2.2. Juntamente ao atestado deve ser fornecido nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligência acerca das informações apresentadas pela empresa.

3.16.2.3. A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

## **04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:**

Estima-se um contingente aproximado de 2500 inscritos, utilizando-se como base as informações de outros Tribunais Federais.

## **05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

5.1. A contratação dar-se-á a partir da realização de processo licitatório, pela modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme determinação constante do TRF2-DES-2024/14660.

## **06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital.





A planilha modelo para a formação de preço, com as condições para o preço, constará de anexo ao Edital.

## 07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 A Contratada será responsável pela realização de todas as etapas do concurso, exceto o envio dos editais e comunicados para publicação no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R), bem como a elaboração, a reprografia das provas e a correção da prova discursiva, que ficarão a cargo do TRF2.

7.2. A Contratada encaminhará diretamente ao Contratante as listagens de candidatos(as) com os resultados parciais e finais do concurso, por ordem classificatória e alfabética dos(as) candidatos(as), que deverão ser emitidas em arquivo digital, em mídia física (arquivos em Microsoft Excel, e não em Acrobat Reader, dados apresentados em células individuais), conforme discriminado a seguir:

a) habilitados(as), inclusive candidatos(as) deficientes, negros(as) e indígenas, em ordem alfabética, contendo: número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

b) habilitados(as), inclusive candidatos(as) deficientes e negros(as) e indígenas, em ordem de classificação, contendo os mesmos dados da lista anterior;

c) lista de escores e notas: relação de candidatos(as) inscritos(as), em ordem alfabética contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF, notas das provas, total de pontos e classificação;

d) candidatos(as) deficientes habilitados(as) em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

e) candidatos(as) deficientes habilitados(as) em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

f) candidatos(as) negros(as) habilitados(as) em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

g) candidatos(as) negros(as) habilitados(as) em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

h) candidatos(as) indígenas habilitados(as) em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

i) candidatos(as) indígenas habilitados(as) em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

j) relação dos(as) candidatos(as) habilitados(as), em ordem alfabética e em ordem classificatória (com os critérios de desempate aplicados e notas por matéria) de todos(as) os(as) candidatos (as) inscritos(as) (aprovados(as), eliminados(as) e faltosos (as)), agrupadas por cargo. Delas deverão constar: nome completo, número de inscrição, número do documento de identidade (com órgão expedidor), número do CPF,



endereço completo atualizado (incluindo CEP e telefone), além do endereço eletrônico do candidato.

l) estatística dos(as) inscritos(as), isentos(as), presentes, ausentes e habilitados(as).

7.3. A Contratada encaminhará diretamente ao Contratante uma listagem única dos(as) candidatos(as) constantes das listagens homologatórias do resultado final do concurso, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF, cargo, lista RJ ou ES e classificação, que deverá ser emitida em arquivo digital, em mídia física, formato CSV.

7.4. A Contratada deverá enviar ao Contratante, as fichas de inscrição, separadas por localidade e em ordem alfabética, bem como os laudos médicos enviados pelos(as) candidatos(as) com deficiência;

7.5. A Contratada deverá emitir cópias de todos os dados relativos ao Concurso, endereçando-as ao Setor competente do Contratante;

7.6. Todos os resultados deverão ser divulgados pela Contratada, em seu sítio eletrônico, com busca por nome, CPF ou número de inscrição.

7.7 A contratada se responsabilizará por deslocamento, transporte, encargos, impostos e outros.

7.7.1 A Contratada arcará com todas as despesas decorrentes do deslocamento do pessoal de apoio, de coordenação e fiscalização, de transporte de todo o material relativo ao concurso e outras despesas afins.

## 08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Tendo em vista a natureza do objeto (processo seletivo), torna-se inviável o parcelamento, haja vista a necessidade de responsabilização integral da contratada pela execução integral das regras definidas no edital do concurso.

## 09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

- Permitir que ao final do prazo previsto no Termo de Referência com a conclusão das etapas do concurso ter a relação de candidatos para homologação do certame;

- Durante o prazo de validade do concurso ter todo o suporte técnico e jurídico da empresa para solucionar eventuais demandas administrativas ou judiciais.

## 10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Não foram identificadas providências prévias a serem adotadas.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações correlatas ou contratações interdependentes.



**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:**

A Contratada deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

**13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Considerando que o concurso público atual é o primeiro a ser realizado para preenchimento dos cargos de residentes jurídicos, existe a necessidade de manter lista de aprovados(as) para prover eventuais cargos vagos e garantir a continuidade dos serviços prestados; Há previsão no planejamento orçamentário para o custo operacional respectivo, conclui-se que a contratação de empresa para a realização das atividades inerentes ao certame é viável e está de acordo com o procedimento adotado nos concursos para outros cargos.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2024.

- assinado eletronicamente -

CHRISTIANE MARIA NOVELLINO DOS SANTOS

Assessor(a)

ASSESSORIA DE CONCURSOS PARA MAGISTRADOS E DE APOIO ESPECIALIZADO

